

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**ESCOLA DE DIREITO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DIREITO DA EMPRESA E DOS  
NEGÓCIOS**

**O DOMÍNIO QUALIFICADO ENTRE SOCIEDADES E A  
DOCTRINA DO “ADMINISTRADOR DE FACTO”**

Dissertação apresentada à Escola de Direito do Porto da Universidade Católica  
Portuguesa para obtenção do grau de Mestre por Joana Cruz Nunes, sob  
orientação da Professora Doutora Maria de Fátima Ribeiro

**Mestrado em Direito da Empresa e dos Negócios**

**Porto**

**2015**

*À Professora Doutora Maria de Fátima  
Ribeiro, pela orientação e disponibilidade demonstradas.*

*Ao meu Pai.*

## ÍNDICE

### Índice

<b>1. INTRODUÇÃO. APROXIMAÇÃO À DOCTRINA DO “ADMINISTRADOR DE FACTO” .....</b>	<b>4</b>
<b>1.1 O “administrador de facto” indirecto e a influência sobre a administração ....</b>	<b>6</b>
<b>2. A “INFLUÊNCIA DOMINANTE” NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES DE DOMÍNIO INTERSOCIETÁRIO .....</b>	<b>8</b>
<b>2.1 A “influência dominante” .....</b>	<b>8</b>
<b>3. O EXERCÍCIO DA “INFLUÊNCIA DOMINANTE” E A NECESSIDADE DE TUTELA DOS CREDORES SOCIAIS.....</b>	<b>12</b>
<b>3.1 O domínio qualificado entre sociedades como <i>posterius</i> face ao exercício da influência dominante .....</b>	<b>15</b>
<b>4. A RESPONSABILIDADE DA SOCIEDADE DOMINANTE ENQUANTO ADMINISTRADORA DE FACTO .....</b>	<b>19</b>
<b>4.1 Sociedade dominante ou os seus administradores? .....</b>	<b>20</b>
<b>4.2 Pressupostos de aquisição da qualidade juridicamente relevante de administrador de facto .....</b>	<b>22</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>39</b>

## 1. INTRODUÇÃO. APROXIMAÇÃO À DOCTRINA DO “ADMINISTRADOR DE FACTO”

Em princípio, só as pessoas regularmente nomeadas ou eleitas apresentam a qualidade de administradores ou gerentes. São os *administradores de direito*. Mas se o poder de administração e representação das sociedades não pode ser exercido senão pelos órgãos previstos na lei, não é de todo pouco usual encontrarmos na prática societário-comercial o exercício de funções de administração da sociedade “*fora do âmbito da configuração formal do modelo que a lei fornece* aos sujeitos habilitados para esse exercício”<sup>1</sup>. Se um sujeito exerce aquelas funções “*sem estar regularmente investido por algum daqueles modelos para desempenhar os poderes correspondentes a tais funções*”, então, numa primeira aproximação, teremos um administrador de facto<sup>2</sup>.

A tendência jurisprudencial e doutrinal é a superação de um *conceito meramente formalista* da figura do administrador, através de uma aproximação funcional ao conceito de administrador de facto, “*estendendo tal condição a efeitos de responsabilidade a quem material ou funcionalmente participa de forma efetiva no desenvolvimento das competências e funções de gestão da sociedade*”<sup>3</sup>. Particularmente, “para todos aqueles que se abstêm de adquirir a qualidade de administradores e que, abrigando-se na ausência de uma investidura formal ou numa investidura consabidamente irregular, praticam atos próprios do desempenho de funções de gerência ou administração e se recolhem por detrás do paravento jurídico que são os homens ou as mulheres «*de palha*»”<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> RICARDO COSTA, *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, Almedina, Coimbra, 2014, pág. 50.

<sup>2</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 52.

<sup>3</sup> ALBERTO ALONSO UREBA e JUANA PULGAR EZQUERRA, “Relación de grupo y administrador de hecho en el concurso de sociedades integradas en un grupo”, in *RdS*, 2007, 2, pág. 26.

<sup>4</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 142.

O exercício da administração de facto pode manifestar-se de forma direta ou mediata, mas também de forma indireta. O administrador de facto direto ou “*na primeira pessoa*” será “aquele que exerce diretamente os poderes que competem aos administradores regularmente nomeados, sem para tal se servir de qualquer atuação mediata sobre o ou os administradores de direito e/ou os administradores de facto”<sup>5</sup>. Entre nós, a doutrina realça a emergência, nesta espécie de administrador de facto, de duas diferentes tipologias. COUTINHO DE ABREU e ELISABETE RAMOS distinguem, neste âmbito, administrador de facto “*aparente*” e administrador de facto “*oculto sob outro título*”. O primeiro é o agente que “*atua notoriamente como se fora administrador de direito, mas sem título bastante*”, ora porque o título atributivo da condição de administrador simplesmente não existe, ora porque, existindo, é nulo ou se encontra extinto<sup>6</sup>. A segunda tipologia encontramos-la no sujeito que não se apresenta frente a terceiros como administrador da sociedade, mas sob uma outra aparência<sup>7</sup>, porque é, de facto, portador de um outro título diferente do de administrador<sup>8</sup>. RICARDO COSTA<sup>9</sup> usa, a propósito, as denominações administrador “*manifesto*” e administrador “*dissimulado*” para se referir, respetivamente, ao primeiro e ao segundo grupo de casos. O denominador comum será o facto de o gerente ou administrador de facto notório ou *na primeira pessoa* gerir a sociedade *por ele próprio*, não manipulando os administradores de direito para atuarem por ele<sup>10</sup>.

Cumprido, por último, distinguir entre o agente que, não sendo formalmente administrador, se apresenta perante terceiros como tal, atuando diretamente ou “*na primeira pessoa*”, e aquele outro que de forma deliberada oculta a sua condição de gestor, mas atua *indiretamente* a sua influência sobre a administração formalmente

---

<sup>5</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 646.

<sup>6</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU e MARIA ELISABETE RAMOS, *Responsabilidade civil de administradores e de sócios controladores (Notas sobre o artigo 379º do Código do Trabalho)*, Miscelâneas n.º 3, IDET, Almedina, Coimbra, 2004, págs. 40 e 41.

<sup>7</sup> ANTONIO PERDICES HUETOS, “Significado actual de los “administradores de hecho”: los que administran de hecho y los que de hecho administran. A propósito de la STS de 24 septiembre 2001”, in *RdS*, 2002, 1, pág. 284. O autor conduz, no entanto, esta tipologia a uma forma de administrador de facto oculto.

<sup>8</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU e MARIA ELISABETE RAMOS, *Elisabete*, *últ. ob. cit.*, pág. 41, ilustram a figura do administrador de facto “*oculto sob outro título*” com as situações em que o agente ostenta o estatuto de diretor geral, gerente de comércio, ou procurador para a prática de determinada categoria de atos, mas desempenha funções de gestão com a autonomia própria dos administradores de direito. Cfr., ainda, J. M. COUTINHO DE ABREU, *Responsabilidade Civil dos Administradores de Sociedades*, pág. 100.

<sup>9</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 647.

<sup>10</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 648.

designada<sup>11</sup>. É o *shadow director*, na terminologia anglo-saxónica. No Reino Unido contrapõem-se aos *de facto directors* os *shadow directors*, definidos na section 251 (1) do *Companies Act* de 2006 como “*a person in accordance with whose directions or instructions the directors of company are accustomed to act*”.

### 1.1 O “administrador de facto” indireto e a influência sobre a administração

A construção dogmática da figura do administrador de facto “fez-se em atenção à *responsabilidade* de quem ignora, usurpa ou desrespeita as esferas de competência orgânica da disciplina societária”<sup>12</sup>. O contributo originário de TULLIO ASCARELLI com a sua teoria do *amministratore indiretto* foi fundamental para aquela construção<sup>13</sup>. *Amministratore indiretto* seria o que, “substituindo-se à assembleia, *determinasse* o agir dos administradores eleitos pela assembleia e atuasse *realmente* como administrador, não obstante não ter sido nomeado *como tal*”<sup>14</sup>. Particularmente nas coligações entre sociedades, a figura do administrador indireto surgia como uma resposta à necessidade de tutelar os credores sociais por prejuízos causados pela atuação do sócio que abusou da sua própria influência na sociedade, instruindo os administradores “*fora do quadro no qual os sócios podem e devem*” fazê-lo<sup>15</sup>. O assunto mereceu ainda a atenção de LORENZO MOSSA<sup>16</sup>, defendendo a responsabilidade daqueles a quem chamou as “personagens influentes”. O autor contribuiu para a superação “de uma compreensão *subjetiva* da responsabilidade dos administradores”, ao apontar a necessidade de “uma responsabilidade pela *administração*, tanto para o acionista único ou grande, como para

---

<sup>11</sup> FERNANDO MARTÍNEZ SANZ, “Âmbito subjectivo de la responsabilidad”, *La responsabilidad de los administradores*, Dirección: Ángel Rojo/Emilio Beltrán, Tirant Lo Blanch, Valencia, 2005, pág. 61.

<sup>12</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 144.

<sup>13</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 144.

<sup>14</sup> TULLIO ASCARELLI, “In tema di vendita di azioni, responsabilità degli amministratori. Amministratore indiretto”, *Saggi di diritto commerciale*, 1955, págs. 421-422, *apud* RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 144.

<sup>15</sup> TULLIO ASCARELLI, “Tipologia delle società per azioni e disciplina giuridica”, *Rivista delle Società*, 1959, pág. 1012 e n. (19), *apud* RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 146 e n. (305).

<sup>16</sup> “Os terceiros, por diversas razões, financiamentos, [sociedades] *holding*, essencialmente económicas, ou de supremacia pessoal e social, profissão, aconselhamento técnico, podem *influenciar* a vida da sociedade. Ora, quando se valem destes factores de influência para empurrar a sociedade para actos que se revelam verdadeiros actos de sabotagem, *esses tornam-se claramente responsáveis*”. Cfr. LORENZO MOSSA, *Tratato del nuovo diritto commerciale*, IV, *Società per azioni*, 1975, págs. 460 e 461, 462, *apud* RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 149 e n. (311).

as pessoas ou entidades estranhas à administração mas que sobre ela influíssem pessoal e prepotentemente”<sup>17</sup>. Os terceiros influentes “seriam responsáveis por causa *do que fazem* e por se encontrarem no que toca à gestão em posição *análoga* à dos administradores”<sup>18</sup>.

Um tal contexto de influência será improvável na grande sociedade anónima, particularmente se estabelecida nos “mercados regulamentados”, e mais comum nas sociedades “com acentuada vocação personalística”, nas quais o sócio ou sócios controladores, “criando uma confusão tendencial nos papéis decisórios, se imiscuem frequentemente nas decisões de gestão”, “mas com o cuidado de não serem designados para a administração”<sup>19</sup>.

O artigo 2476, § 7º do *Codice Civile* italiano consagra justamente uma responsabilidade pela heterogestão na “società a responsabilità limitata”, podendo a ação de responsabilidade da sociedade e dos sócios e terceiros ser exercida contra “os sócios que intencionalmente decidam ou autorizem o cumprimento de atos danosos para a sociedade, os sócios ou terceiros”.

Mas o âmbito aplicativo do instituto transcende a realidade *microsocietária* das pequenas e médias empresas, para abranger “a gestão indireta da sociedade controlada pela *holding* e pelos seus administradores nos grupos de sociedades”<sup>20</sup>, assim como as situações em que o controlo resulta de “particulares vínculos contratuais”<sup>21</sup>.

O reconhecimento destes fenómenos faz surgir a importância de uma “*extensão subjetiva* da responsabilidade própria dos administradores a todos aqueles que, sem terem sido formalmente administradores”, contudo, “influíram sistematicamente nos

---

<sup>17</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 149.

<sup>18</sup> LORENZO MOSSA, *últ. ob. cit.*, págs. 462 e 463, *apud* RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, págs. 149 e 150, e n. (315).

<sup>19</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, págs. 152 e 153.

<sup>20</sup> NICCOLÒ ABRIANI, “Dalle nebbie della finzione al nitore della realtà: una svolta nella giurisprudenza civile in tema di amministratore di fatto”, in *Giurisprudenza commerciale – Società e Fallimento*, Roma/Milano (Ed. Giuffrè), pág. 192.

<sup>21</sup> NICCOLÒ ABRIANI, *últ. ob. cit.*, 192.

processos decisórios de gestão”<sup>22</sup>, através do recurso à “doutrina do administrador de facto”<sup>23</sup>.

## 2. A “INFLUÊNCIA DOMINANTE” NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES DE DOMÍNIO INTERSOCIETÁRIO

### 1. A “influência dominante”

No Código das Sociedades Comerciais, delimita o n.º 1 do artigo 486.º a relação de domínio entre sociedades<sup>24</sup> a partir do conceito indeterminado “*influência dominante*”<sup>25</sup>: “Considera-se que duas sociedades estão em relação de domínio quando uma delas, dita dominante, pode exercer, diretamente ou por sociedades ou pessoas que preencham os requisitos indicados no artigo 483.º, n.º 2, sobre a outra, dita dependente, uma influência dominante”.

O que é a “*influência dominante*”, o legislador não define expressamente, “não encontramos no nosso ordenamento jurídico critérios seguros para a caracterização dessa influência dominante”<sup>26</sup> Assim, para além de identificar as situações em que uma sociedade é dependente de outra sociedade, torna-se necessário concretizar em que é que consiste a “*influência dominante*” que uma sociedade pode exercer sobre outra dependente.

---

<sup>22</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, 165.

<sup>23</sup> NICCOLÒ ABRIANI, *Gli amministratori di fatto delle società di capitali*, Quaderni di Giurisprudenza Commerciale, Dott. A. Giuffrè Editore, Milano, 1998, pág. 3.

<sup>24</sup> Por força do disposto no artigo 481.º, n.º 1, do CSC, serão sociedades comerciais, dos tipos sociedade por quotas, sociedade anónima e sociedade em comandita por ações.

<sup>25</sup> O artigo 486.º do CSC parece ter sido influenciado pelo disposto no § 17 da *AktG*, que define o conceito de dependência entre empresas a partir da influência dominante.

Mas recebeu também a influência do projeto de *Nona Diretriz das Sociedades Comerciais*, sobre grupos de sociedades, e da Proposta de Lei *Cousté* francesa. O texto do projeto de nona diretriz, que pode ser consultado em ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Europeu das Sociedades*, págs. 751 e ss, determina uma “responsabilidade por controlo de facto” (9.º, n.º 1) para a sociedade que exerça uma “influência dominante” no processo de decisão do órgão de direção de outra sociedade (9.º, n.º 2).

<sup>26</sup> RUI PEREIRA DIAS, *Responsabilidade por exercício de influência sobre a administração de sociedades*, Almedina, Coimbra, 2007, pág. 60.



Numa tentativa de delimitação do conceito em análise, a doutrina tem avançado com algumas características fundamentais que revestirá tal “influência dominante”. A “*potencialidade*” resulta do próprio texto legal, ao determinar que “a influência dominante existe quando uma sociedade «*pode*» exercê-la sobre outra, e não apenas quando efetivamente o faz”<sup>27</sup>. Não será, assim, necessário o exercício efetivo da influência dominante, bastando a mera possibilidade desse exercício.

Passível de configurar uma situação de domínio será apenas a influência que não é meramente fortuita, mas que, ao invés, “exprima um domínio institucionalizado”<sup>28 29</sup>. Contudo, não será exigível uma duração temporal mínima. O legislador não exprimiu tal exigência, que poderia pôr em causa “as próprias finalidades subjacentes à figura da relação de domínio, entre as quais avulta a de garantir a eficácia das normas jurídico-societárias comuns”<sup>30</sup>, quando “em concreto a sociedade dominante conseguisse os seus intentos sem preencher um tal requisito temporal mínimo”<sup>31</sup>.

Por último, assumirá relevo a influência que não “se projete esgotantemente sobre todos os sectores de atividade e direção económico-empresarial da sociedade dependente”, exigindo-se, porém, que os domínios mais importantes “se encontrem expostos a um controlo exercido pela sociedade dominante”<sup>32</sup>. JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES<sup>33</sup> defende a exigência de que a possibilidade de exercício de influência pela sociedade dominante se manifeste no contexto da estrutura orgânica da sociedade dependente, porque “apenas os órgãos sociais legal e estatutariamente instituídos constituem legítimos responsáveis pela formação da vontade imputável à pessoa coletiva «sociedade comercial» e legítimos representantes desta última no tráfico jurídico”.

---

<sup>27</sup> RUI PEREIRA DIAS, *últ. ob. cit.*, pág. 67.

<sup>28</sup> JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES, *Os grupos de sociedades. Estrutura e organização jurídica da empresa plurissocietária*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, pág. 457.

<sup>29</sup> Tal solução não deve valer nas situações em que uma passividade de tal forma regular e frequente dos restantes sócios faz com que a dominante haja passado efetivamente a poder contar com uma maioria de facto nas assembleias gerais, uma “maioria de assembleia geral”. Cfr. JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES, *últ. ob. cit.*, págs. 457-458. Assim também RUI PEREIRA DIAS, *últ. ob. cit.*, pág. 71.

Isto é, será “sempre de atender, em concreto, ao facto de essas situações episódicas poderem ocorrer com uma frequência suficiente para gerar, numa das partes, expectativas – habilmente geridas – de domínio estabilizado”. Cfr. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, *A tutela dos credores da sociedade por quotas e a “desconsideração da personalidade jurídica”* Almedina, Coimbra, 2012, nota 108, págs. 431 e 432.

<sup>30</sup> JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES, *últ. ob. cit.*, pág. 459.

<sup>31</sup> RUI PEREIRA DIAS, *últ. ob. cit.*, pág. 72.

<sup>32</sup> JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES, *últ. ob. cit.*, pág. 468.

<sup>33</sup> JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES, *últ. ob. cit.*, págs. 469 e 470.

Importa, ainda, questionar quais os instrumentos de que uma sociedade pode dispor para o exercício da referida influência dominante.

O legislador presume<sup>34</sup> a possibilidade de exercício de uma influência dominante se a sociedade dominante “detém uma participação maioritária no capital” (a)), “dispõe de mais de metade dos votos” (b)) ou “tem a possibilidade de designar mais de metade dos membros do órgão de administração ou do órgão de fiscalização” (c)). São “situações em que, no fundo, resulta muito clara a ideia de controlo”<sup>35</sup>, uma vez que aos instrumentos de domínio aí implícitos “vai geralmente associada, a favor do respetivo titular, a possibilidade de impor o cunho da sua vontade no contexto dos órgãos deliberativos e administrativos de uma sociedade, determinando assim, de forma direta ou indireta, o sentido do governo corporativo e da gestão empresarial desta”<sup>36</sup>. Surge-nos, em primeiro lugar, na alínea a), a participação maioritária no capital da sociedade presumivelmente dependente, isto é, a titularidade por uma sociedade de mais de 50% das participações sociais numa outra<sup>37</sup>. Uma participação maioritária constitui, em regra<sup>38</sup>, um instrumento privilegiado do domínio entre sociedades, na medida em que a participação maioritária no capital confere à sociedade dominante, em regra, a possibilidade de nomear os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da participada. Porém, nem sempre será suficiente para afirmar que uma sociedade detém

---

<sup>34</sup> São presunções *iuris tantum*, podendo a parte interessada afastá-las mediante a prova de que, não obstante se encontrar verificado algum dos factos descritos nas três alíneas do n.º 2 do artigo 486.º do CSC, a sociedade presumivelmente dominante não tem, na realidade, a possibilidade de exercer uma influência dominante sobre a sociedade presumivelmente dependente. Sobre a refutação das referidas presunções, **JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES**, *últ. ob. cit.*, págs. 556 e ss.

<sup>35</sup> **PAULO OLAVO CUNHA**, *Direito das sociedades comerciais*, 5.ª ed., Almedina, Coimbra, 2012, pág. 959.

<sup>36</sup> **JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES**, *últ. ob. cit.*, pág. 552.

<sup>37</sup> **RUI PEREIRA DIAS**, “Artigo 486.º”, in *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, coord.: J. M. Coutinho de Abreu, Volume VII, Códigos n.º 7, IDET, Almedina, Coimbra, 2014, págs. 98 e 99, defendendo que a expressão “participação maioritária no capital” pode não significar, necessariamente, uma participação superior a 50% no capital nominal votante, interpreta-a no sentido de incluir não só “uma participação *absolutamente* maioritária”, “mas também uma participação social que constitua uma *maioria relativa*, suficiente, em face do padrão comportamental dos restantes sócios habitualmente presentes em assembleia geral, para impor a expressão de uma vontade”. Uma interpretação neste sentido seria útil, segundo o autor, para abranger as chamadas “*maiorias de facto*”, já referidas por **JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES**, *últ. ob. cit.*, págs. 505 e ss., como instrumento de domínio. O abstencionismo dos restantes sócios pode resultar num poder de controlo permanente da assembleia por parte de um acionista não maioritário, nomeadamente nas sociedades que se caracterizem por uma grande dispersão de capital por pequenos investidores, pouco interessados nos assuntos sociais.

<sup>38</sup> Como sublinha **JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES**, *últ. ob. cit.*, pág. 488, uma participação maioritária no capital da sociedade dependente “traduz *geralmente*, mas não *necessariamente*, a existência de uma influência dominante”.

sobre outra um poder de influência dominante<sup>39</sup>. E, para que uma sociedade exerça um poder de influência dominante sobre outra, nem sempre é necessário que a primeira seja titular de uma participação maioritária no capital da segunda.

O legislador consagrou ainda uma outra presunção de domínio, a titularidade de mais de metade dos votos. Significa que a detenção por uma sociedade de mais de metade dos votos noutra sociedade, só por si, e ainda quando não fundada numa participação social maioritária, assegura à primeira um poder de influência dominante sobre a segunda. De facto, pode uma participação minoritária no capital, quando associada a determinados circunstancialismos, ser idónea a assegurar à participante o poder de exercício de influência dominante<sup>40</sup>. Pode uma sociedade sócia minoritária celebrar acordo parassocial com outros sócios que lhe assegure o exercício de uma influência dominante sobre a assembleia geral da sociedade participada<sup>41</sup>. Outra circunstância que pode concorrer para o surgimento de uma influência dominante é a existência de “*disposições estatutárias especiais*” previstas no pacto social da participada que assegurem à dominante um determinado poder de influência sobre aquela<sup>42</sup>. Nomeadamente, que consagrem um direito privilegiado à designação ou destituição dos membros do órgão de administração. Será mais comum uma liberdade de estipulação estatutária nas sociedades por quotas do que nas sociedades anónimas<sup>43 44</sup>.

Terá sido, justamente, a pensar nas hipóteses que o legislador consagrou como terceira presunção de domínio a “*possibilidade de designar mais de metade dos membros do órgão de administração ou do órgão de fiscalização*” (c)<sup>45</sup>.

---

<sup>39</sup> Segundo **RUI PEREIRA DIAS**, *últ. ob. cit.*, pág. 92, “a mera detenção de pouco mais de 50% do capital social poderá deixar a sociedade participante muito longe da possibilidade de exercer influência dominante sobre a participada”.

<sup>40</sup> **JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES**, *últ. ob. cit.*, pág. 498.

<sup>41</sup> Os acordos parassociais não relevam, de *per se*, para sustentar a existência de uma influência dominante. Sobre os factores de ponderação para atribuição dessa relevância, cfr. **JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES**, *últ. ob. cit.*, págs. 500 e ss.

<sup>42</sup> **JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES**, *últ. ob. cit.*, págs. 503 e ss.

<sup>43</sup> **JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES**, *últ. ob. cit.*, pág. 504. **RUI PEREIRA DIAS**, *últ. ob. cit.*, pág. 97.

<sup>44</sup> **RUI PEREIRA DIAS**, *últ. ob. cit.*, nota 66, pág. 94, não obstante reconhecer que “anda normalmente associada à mesma a possibilidade de sujeitar a participada a uma situação de dependência intersocietariamente relevante”, defende que “não se trata, em rigor, de um instrumento de domínio”, enquanto “o *poder de voto* é, não só uma presunção igualmente válida, como um (ou o) instrumento de domínio por excelência”.

<sup>45</sup> **JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES**, *últ. ob. cit.*, pág. 504.

MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO<sup>46</sup>, admite ainda que a relação de domínio possa resultar de outros instrumentos de domínio não contidos na previsão do n.º 2 do artigo 486.º. Particularmente, por força de determinados vínculos contratuais existentes entre as sociedades em causa, “nomeadamente, um contrato de franquia” que proporcione a uma das sociedades o exercício sobre a outra de uma influência dominante<sup>47</sup>.

### 3. O EXERCÍCIO DA “INFLUÊNCIA DOMINANTE” E A NECESSIDADE DE TUTELA DOS CREDORES SOCIAIS

A configuração legal da relação de domínio não exige o exercício efetivo do poder de influência dominante. Isto é, encontramos-nos perante uma relação de domínio “quando exista a mera possibilidade de uma sociedade exercer sobre outra uma influência dominante, não quando essa influência seja efetivamente exercida”<sup>48</sup>. Porque é titular de um dos instrumentos de domínio, uma sociedade tem o poder de exercer uma influência dominante sobre uma outra.

É o exercício efetivo sobre a sociedade dependente da influência dominante que potencia a “*perda da sua autonomia*, isto é, a sua *instrumentalização* para a prossecução de um interesse que lhe não é próprio”<sup>49</sup>. Os credores sociais da sociedade dependente vêem a sua garantia patrimonial potencialmente afetada face à existência de uma relação entre a sociedade dependente e a sociedade dominante, “que lhes pode ser de todo desconhecida e em razão da qual os riscos empresariais, inerentes às relações estabelecidas com uma entidade cujos membros gozam da limitação da

---

<sup>46</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, *últ. ob. cit.*, págs. 433 e 434.

<sup>47</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, “Responsabilidades nas relações de domínio”, in III Congresso Direito das Sociedades em Revista, Almedina, Coimbra, 2014 nota 8, pág. 428. Contra, **ORLANDO VOGLER GUINÉ**, “A responsabilização solidária nas relações de domínio qualificado – Uma primeira noção sobre o seu critério e limites”, in ROA, 2006, págs. 304 e ss., defende que “uma sociedade deve conseguir influenciar a outra com base direta ou indireta na sua participação societária”. Em sentido coincidente, **RUI PEREIRA DIAS**, *últ. ob. cit.*, págs. 99 e ss.

<sup>48</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, *últ. ob. cit.*, pág. 433.

<sup>49</sup> **RUI PEREIRA DIAS**, *Responsabilidade por exercício de influência sobre a administração de sociedades*, Almedina, Coimbra, 2007, pág. 62.

responsabilidade, deixam de estar contrabalançados pelas garantidas normalmente oferecidas por sociedade independentes”<sup>50</sup>.

O poder de influência sobre a sociedade dependente surge como um fenómeno natural e fisiológico no panorama societário, suscetível mesmo de favorecer a obtenção de um máximo de eficiência produtiva intrassocietária<sup>51</sup> – “a (boa) «imagem» do «grupo» pode facilitar o crédito, a complementaridade de objetos sociais promoverá alargamento dos mercados, transferências de tecnologia podem potenciar a produtividade”<sup>52</sup>.

O simples poder de exercer uma influência dominante sobre uma sociedade por quotas não é problemático quando a sociedade seja sócia da dominada. Isto porque, “enquanto o tipo sociedades anónima não está legalmente estruturado de modo a permitir que sobre a sociedade seja exercida uma influência significativa por parte dos sócios (particularmente no âmbito da respetiva gestão), já a estrutura da sociedade por quotas é pensada de acordo com essa possibilidade e probabilidade de exercício de uma influência dominante dos sócios”<sup>53</sup>. Nas sociedades por quotas, o poder de instrução da gerência por parte dos sócios é juridicamente legitimado pelo disposto no artigo 259.º do CSC, ao determinar que “*Os gerentes devem praticar os atos que forem necessários ou convenientes para a realização do objeto social, com respeito pelas deliberações dos sócios*”.

Já no que concerne às sociedades anónimas, e segundo a larga maioria dos autores que se pronunciaram sobre a matéria, o preceito do n.º 3 do artigo 373.<sup>54</sup> será imperativo, consagrando, para as sociedades anónimas um modelo de atribuição de competência exclusiva de gestão ao órgão de administração<sup>55</sup>. Segundo PEDRO

---

<sup>50</sup> RUI PEREIRA DIAS, *últ. ob. cit.*, págs. 62 e 63.

<sup>51</sup> ANA PERESTRELO DE OLIVEIRA, *Grupos de sociedades e deveres de lealdade. Por um critério unitário de solução do “conflito do grupo”*, Almedina, Coimbra, 2012, pág. 38.

<sup>52</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU, “Responsabilidade civil nas relações de domínio”, in *Scientia Iuridica* nº 329, 2012, pág. 225.

<sup>53</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, “A tutela dos credores da sociedade por quotas e a “desconsideração da personalidade jurídica”, Almedina, Coimbra, 2012, pág. 454.

<sup>54</sup> Nos termos do disposto no artigo 373.º, n.º 3, “sobre matérias de gestão da sociedade, os accionistas só podem deliberar a pedido do órgão de administração”.

<sup>55</sup> MARIA AUGUSTA FRANÇA, *A estrutura das sociedades anónimas em relação de grupo*, AAFDL, págs. 35 e 36 e 150 e 151, ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, *Os poderes de representação dos administradores de sociedades anónimas*, Studia Iuridica 34, Coimbra Editora, Coimbra, 1998, págs. 193 e ss., PEDRO MAIA, *Função e funcionamento do conselho de administração da sociedade anónima*, Studia Iuridica 62, Coimbra Editora, Coimbra, págs. 137 e ss.

MAIA<sup>56</sup>, o legislador não permitiu que os accionistas possam deliberar sobre matérias de gestão da sociedade, “pelo que a influência que estes podem exercer sobre a gestão é apenas *indireta* e esgota-se praticamente no direito de eleger e destituir os membros da administração”<sup>57 58</sup>. Mas pode a sociedade dominante exercer a sua influência “através de uma determinação externa da atuação dos administradores da sociedade dominada”<sup>59</sup>, instruindo-os, geralmente de forma confidencial, fora dos procedimentos deliberativos, e “fora do controlo das minorias”<sup>60</sup>.

Para tal, a sociedade dominante não tem que ser sócia da dominada. O controlo pode resultar, nomeadamente, de um contrato concluído entre dominante e dominada. Ou pode a sociedade dominante não ser membro de nenhum órgão da dominada, mas “condiciona e influencia a celebração de negócios” “ou a adoção de uma estratégia empresarial”<sup>61</sup>.

Os gerentes ou administradores da sociedade dominante determinam, assim, a atuação dos gerentes ou administradores da sociedade dominada, no sentido de prosseguirem os interesses da dominante<sup>62</sup>. Note-se, porém, que o exercício deste poder de influência<sup>63</sup> “não espoleta questões de responsabilidade civil quando seja *compatível com o interesse da sociedade dominada*”<sup>64</sup>. O interesse social próprio da sociedade dominada “é o critério inultrapassável que serve para delimitar o parâmetro de sindicância da legitimidade das manifestações de «influência dominante» (mesmo para o exercício do direito de voto nos procedimentos deliberativos) sobre a gestão da sociedade dependente”<sup>65</sup>.

---

<sup>56</sup> PEDRO MAIA, *últ. ob. cit.*, pág. 138.

<sup>58</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, págs. 272 e 273, e nota 582, julga que a “*habilitação legal*” conferida à sociedade dominante pelo artigo 486.º, n.º 2, de poder exercer efetivamente “*influência dominante*” justifica que o poder deliberativo dos sócios em matéria de gestão na sociedade anónima e na sociedade em comandita por ações dependentes, “mesmo fora dos casos de permissão estatutária para a prática de certos atos ou categoria de atos”, não seja “merecedor da etiqueta de ilegítimo”, cabendo aos administradores das dependentes, “no seio da *permeabilidade a interesses alheios a que a sua autonomia se vê submetida*, filtrar o conteúdo das deliberações instrutórias”.

<sup>59</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, “*Responsabilidades nas relações de domínio*”, in III Congresso Direito das Sociedades em Revista, Almedina, Coimbra, 2014, pág. 441.

<sup>60</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU, *últ. ob. cit.*, pág. 224.

<sup>61</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, *últ. ob. cit.*, pág. 441.

<sup>62</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, *últ. ob. cit.*, pág. 442.

<sup>63</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU, *últ. ob. cit.*, pág. 224, refere-se a um “poder de facto”.

<sup>64</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU, *últ. ob. cit.*, pág. 224.

<sup>65</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 277.

### 3.1 O domínio qualificado entre sociedades como *posterius* face ao exercício da influência dominante

O grupo de facto qualificado, ou “domínio qualificado”<sup>66</sup>, surge como um *posterius* face ao exercício da influência dominante<sup>67</sup>, quando à simples dependência entre sociedades se une, em simultâneo, a sujeição a uma direção unitária<sup>68</sup>. Uma direção unitária de intensidade idêntica àquela que é exercitável no âmbito das relações de grupo.

A figura do *qualifizierte faktischer Konzerne* surgiu na doutrina e jurisprudência alemãs no princípio dos anos 70, como resposta ao problema da tutela dos credores sociais face à existência de um grupo de sociedades ao qual não poderia ser aplicado o regime legal vigente<sup>69</sup>. Paradigmático, neste âmbito, foi o chamado caso *Autokran*, onde o tribunal admitiu a hipótese de aplicação analógica às GmbH do regime legal das relações de grupo contratual no âmbito da *Aktiengesellschaft*, como forma de tutela dos interesses dos credores sociais da dominada<sup>70</sup>. No direito alemão são objeto de regulação pelo legislador os grupos de empresas em que a sociedade dominada seja uma sociedade anónima ou em comandita por ações, mas não os grupos em que a sociedade dominada seja uma GmbH<sup>71</sup>. Surgiu, então, a hipótese de aplicação de idêntico regime para as situações em que a dominada fosse uma sociedade por quotas.

Os grupos de facto qualificados seriam aqueles agrupamentos de sociedades comerciais não integrados pelos instrumentos normativos para a tutela dos sócios e dos credores prevista nos §§ 311 e ss da *AGesetz*, se caracterizavam por uma constante e ilimitada interferência da sociedade dominante na gestão da sociedade dominada<sup>72</sup>. De

---

<sup>66</sup> **ORLANDO VOGLER GUINÉ**, *últ. ob. cit.*, pág. 301, prefere a denominação “domínio qualificado” à tradicional “*qualifizierte faktische Konzern*” do direito alemão, porque à situação em causa “estará subjacente uma relação de domínio, ainda que subvertida”.

<sup>67</sup> **ORLANDO VOGLER GUINÉ**, *últ. ob. cit.*, pág. 304.

<sup>68</sup> **MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO**, *A tutela dos credores da sociedade por quotas e a “desconsideração da personalidade jurídica”*, Almedina, Coimbra, 2012, nota 122, págs. 444 e 445.

<sup>69</sup> **MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO**, *últ. ob. cit.*, pág. 246.

<sup>70</sup> **MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO**, *últ. ob. cit.*, pág. 247.

<sup>71</sup> **MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO**, “Responsabilidades nas relações de domínio”, in III Congresso Direito das Sociedades em Revista, Almedina, Coimbra, 2014, pág. 434.

<sup>72</sup> **RICARDO COSTA**, *A sociedade por quotas unipessoal no direito português. Contributo para o estudo do seu regime jurídico*, Almedina, Coimbra, 2002, pág. 535.

tal modo que o interesse social desta resulta “sacrificado no interesse da dominante ou do grupo assim (informalmente) constituído”<sup>73</sup>. A ingerência deveria, no entanto, revestir caráter abrangente e permanente<sup>74</sup>. Este requisito distanciava o “grupo de facto qualificado” daquilo a que doutrina e jurisprudência chamaram o “grupo de facto simples” em que a ingerência se traduzia em atos isolados em termos tais que se poderiam identificar rigorosamente os seus concretos efeitos danosos<sup>75</sup>.

O problema das consequências jurídicas associadas à existência de um grupo de facto qualificado tornou-se numa das questões mais disputadas no direito das sociedades alemão, primordialmente para a GmbH, mas também para as sociedades anónimas<sup>76</sup>.

Nos anos oitenta, jurisprudência e doutrina majoritária defenderam a analogia com os § 302 e 303 da *AktG*<sup>77</sup>, assente na presunção de que a direção unitária propicia uma negligência dos interesses da sociedade dependente, devendo, então, a dominante ficar obrigada a compensar as perdas anuais da dependente<sup>78</sup>. Face à impossibilidade prática de desmentir esta presunção, identificaram-se desmesuradamente grupos de facto qualificados, conduzindo à quase revogação do princípio da responsabilidade limitada<sup>79</sup>.

Com a emergência deste fenómeno também, entre nós, ENGRÁCIA ANTUNES<sup>80</sup> antecipou uma posição da doutrina no sentido da “possibilidade e necessidade de uma aplicação analógica” dos artigos 501.º e 502.º do CSC<sup>81</sup> aos grupos de facto qualificados.

O nosso ordenamento jurídico prevê a obrigação de compensação das perdas nos grupos de direito “como contraponto do poder de emitir instruções desvantajosas sem

---

<sup>73</sup> **MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO**, *A tutela dos credores da sociedade por quotas e a “desconsideração da personalidade jurídica”*, Almedina, Coimbra, 2012, pág. 249.

<sup>74</sup> **MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO**, *últ. ob. cit.*, pág. 249.

<sup>75</sup> **MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO**, *últ. ob. cit.*, pág. 249.

<sup>76</sup> **HANS-GEORG KOPPENSTEINER**, *Os grupos no direito societário alemão*, Miscelâneas n.º 4, IDET, Almedina, Coimbra, 2006, pág. 25.

<sup>77</sup> Para a tutela dos interesses dos credores sociais é mais útil o §303 da *AktG*, uma vez que o § 303 terá por finalidade, essencialmente, a tutela dos interesses dos sócios minoritários. Cfr. **MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO**, *últ. ob. cit.*, pág. 250.

<sup>78</sup> **HANS-GEORG KOPPENSTEINER**, *últ. ob. cit.*, págs. 25 e 26.

<sup>79</sup> **HANS-GEORG KOPPENSTEINER**, *últ. ob. cit.*, pág. 26.

<sup>80</sup> **JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES**, *últ. ob. cit.*, pág. 601.

<sup>81</sup> Os artigos 501.º e 502.º do CSC determinam as consequências jurídicas para uma relação de grupo constituída mediante a celebração de um contrato de subordinação ou constituída por domínio total.



necessidade de efetiva compensação e com mera contrapartida em vantagens para a empresa dominante ou para outra empresa do grupo”, mas “não existe qualquer permissão equivalente quanto aos grupos de facto”<sup>82</sup>. ORLANDO VOGLER GUINÉ<sup>83</sup> defende a aplicação “por maioria de razão” do artigo 501.º aos grupos de facto qualificados, argumentando que se num grupo de direito “uma sociedade dominante pode emitir licitamente instruções vinculantes mas o não faz não deixa de responder nos termos do artigo 501.º, então por maioria de razão quando uma sociedade (simplesmente) dominante emite instruções que são obedecidas embora não lhe seja lícito fazê-lo” deveria ser responsabilizada nos mesmos termos. Em sentido coincidente, PINTO MONTEIRO e PEDRO MAIA<sup>84</sup> argumentam que “por maioria de razão se há de entender que a sócia tem essa mesma responsabilidade se, apesar de não ter o direito de dar instruções, as deu *de facto*, instrumentalizando a sociedade participada”<sup>85</sup>

Só que, tal como o primeiro autor refere, a sociedade dominante “exerce *de facto*” um direito “que não tem”<sup>86</sup>. O legislador não atribui, de forma alguma, à sociedade dominante, o direito de instruir vinculativamente a sociedade dominada<sup>87</sup>. Esta diferença fundamental em relação ao regime dos grupos de direito “hipoteca logo”, para MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO<sup>88</sup>, “a possibilidade de se defender uma aplicação analógica do regime de responsabilidade vigente para as relações de domínio total e de subordinação às meras relações de domínio – a analogia implica necessariamente a afinidade das situações reguladas e carecidas de regulação, o que não acontece no caso em análise”. Na opinião da autora, não existe, nem poderá existir nunca, a afinidade necessária (as mesmas razões normativas, os mesmos fundamentos valorativos) para que se possa afirmar que se trata de casos análogos”, uma vez que “os conflitos de interesses são substancialmente distintos”, por isso “defender a analogia”, na situação

---

<sup>82</sup> ANA PERESTRELO DE OLIVEIRA, *últ. ob. cit.*, págs. 555 e ss.

<sup>83</sup> ORLANDO VOGLER GUINÉ, *últ. ob. cit.*, pág. 309.

<sup>84</sup> ANTÓNIO PINTO MONTEIRO e PEDRO MAIA, “Sociedades anónimas unipessoais e a Reforma de 2006”, in *Revista de Legislação e Jurisprudência* n.º 3960, 2010 (Ano 139º), nota 15, pág. 142.

<sup>85</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU, *últ. ob. cit.*, pág. 239, embora reconheça “que a ideia seja interessante”, admite não ser “fácil inferir do artigo 501.º (pensado para situações legais bem delimitadas), utilizando simplesmente argumentos lógico-jurídicos, solução idêntica para situações ilícitas”.

<sup>86</sup> ORLANDO VOGLER GUINÉ, *últ. ob. cit.*, pág. 309.

<sup>87</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, “Responsabilidades nas relações de domínio”, in III Congresso Direito das Sociedades em Revista, Almedina, Coimbra, 2014, pág. 434

<sup>88</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, *últ. ob. cit.*, pág. 434.

em apreço, seria “ficcionalar que são idênticas duas *facti species* que o não são, para o efeito de lhes aplicar o mesmo regime legal”<sup>89</sup>.

DIOGO PEREIRA DUARTE<sup>90</sup> afasta a possibilidade de tal aplicação analógica, no mesmo sentido de não se verificar uma verdadeira lacuna, mas defende a responsabilização da sociedade dominante pelas dívidas da sociedade dependente com base na desconsideração da personalidade coletiva da sociedade e recurso ao disposto no artigo 334.º do Código Civil.

A partir dos anos 90, a analogia com os §302 e 303 da *AktG* foi abandonada pelos alemães. Segundo HANS-GEORG KOPPENSTEINER<sup>91</sup>, “a solução do problema pela aplicação do § 302 AktG era sempre falsa, pois os pressupostos para tal entendimento da lei não existem”. O § 302 aparece referido a uma solução legal, ao passo que o grupo de facto qualificado “é ilegal”<sup>92</sup>.

É neste contexto de exercício de uma direção unitária por parte da sociedade dominante com “abdicação do espaço de autonomia e discricionariedade dos administradores das sociedades controladas” que a doutrina tem recorrido à figura da administração de facto<sup>93</sup>. Doutrina e jurisprudência oscilam, nalguns casos, entre o recurso à “desconsideração da personalidade jurídica” da sociedade e a responsabilidade do “administrador de facto” para a tutela dos interesses dos credores sociais. No entanto, trata-se de mecanismos autónomos, suficientemente diferenciados. Usando as palavras de MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO<sup>94</sup> “enquanto a «desconsideração» é um meio de responsabilizar os sócios da sociedade em causa, a responsabilização do «gerente de facto» visa qualquer pessoa, seja ou não sócio, que possa ser qualificada como tal”. Por outro lado, “é de afirmar a subsidiariedade do recurso à chamada

---

<sup>89</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, *últ. ob. cit.*, págs. 440 e 441.

<sup>90</sup> DIOGO PEREIRA DUARTE, *Aspectos do levantamento da personalidade coletiva nas sociedades em relação de domínio. Contributo para a determinação do regime da empresa plurissocietária*, Almedina, Coimbra, 2007, págs. 346 e ss.

<sup>91</sup> HANS-GEORG KOPPENSTEINER, *últ. ob. cit.*, pág. 26.

<sup>92</sup> HANS-GEORG KOPPENSTEINER, *últ. ob. cit.*, pág. 26.

<sup>93</sup> RICARDO COSTA, *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, Almedina, Coimbra, 2014, nota 595, págs. 278 e ss.

<sup>94</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, *A tutela dos credores da sociedade por quotas e a “desconsideração da personalidade jurídica”*, Almedina, Coimbra, 2012, nota 137, pág. 457.

«desconsideração da personalidade jurídica» se pudermos recorrer a “institutos jurídicos legalmente consagrados”<sup>95</sup>.

Por outro lado, e segundo COUTINHO DE ABREU<sup>96</sup>, “a tutela dos legítimos interesses dos credores” nos grupos de facto qualificados “não parece poder satisfazer-se” com a aplicação do artigo 83.º, n.º 4 do CSC. Isto porque, “dada a completa perda de autonomia da administração da sociedade dominada, não é possível precisar os singulares atos praticados em prejuízo da dominada determinados pela dominante”. O autor prefere agora a “*responsabilidade da sociedade dominante enquanto administradora de facto*”, que lhe parece “*mais simples, direta e larga*”<sup>97</sup>, de forma a fazer responder diretamente a dominante para com os credores da dominada “se a sua intromissão indevida na administração desta sociedade implicou a violação de normas de proteção daqueles”<sup>98</sup>.

#### **4. A RESPONSABILIDADE DA SOCIEDADE DOMINANTE ENQUANTO ADMINISTRADORA DE FACTO**

O exercício efetivo de uma direção unitária não pode ser, sem mais, identificado como uma administração de facto da sociedade dependente. Usando as palavras de RICARDO COSTA<sup>99</sup>, “a relação de domínio intergrupar legítima, na esfera da sociedade dominante, um *ajuste de conteúdos na operatividade gestória das sociedades dependentes*” que não é suficiente para que a sociedade dominante “por tal conduta, possa ser considerada administradora de facto”.

---

<sup>95</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, “Responsabilidades nas relações de domínio”, in III Congresso Direito das Sociedades em Revista, Almedina, Coimbra, 2014, págs. 456 e ss., e *A tutela dos credores da sociedade por quotas e a “desconsideração da personalidade jurídica”*, Almedina, Coimbra, 2012, *passim*.

<sup>96</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU, “Diálogos com a jurisprudência – II”, pág. 63.

<sup>97</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU, “Responsabilidade nas sociedades em relação de domínio”, pág. 239.

<sup>98</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU, “Diálogos com a jurisprudência – II”, pág. 64.

<sup>99</sup> RICARDO COSTA, *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, pág. 275.

Podemos ponderar essa qualificação quando o poder de influência que detém a sociedade dominante se transforma “num *instrumento continuado de intervenção na administração da sociedade dependente* (nomeadamente sem recurso ao órgão deliberativo próprio desta ou, através dele, com exercício ilícito e abusivo do seu direito de voto na assembleia da dependente) e de *determinação da atividade dessa sociedade com subordinação permanente dos seus interesses aos interesses da sociedade dominada*”, sem consideração do interesse da dependente<sup>100</sup>. É aqui que podemos identificar uma “administração *indireta*, que pode levar a uma substituição do órgão de administração da sociedade dependente e uma redução dos seus titulares formais a meros executores das instruções da dominada<sup>101</sup>”.

Depois, a qualificação como administrador de facto da sociedade dominante ou dos seus administradores depende do “concurso dos pressupostos da administração de facto”<sup>102</sup>.

#### 4.1 Sociedade dominante ou os seus administradores?

Assume relevo, neste âmbito, a decisão do Supreme Court, no caso *Holland v The Commissioners for her Majesty's Revenue and Customs and another*, de 24 de novembro de 2010<sup>103</sup>. Dois cônjuges detinham, cada um, 50% do capital da sociedade “*Paycheck Services*”, da qual eram também administradores. A sociedade “*Paycheck Services*” era, por sua vez, a *corporate director* de quarenta e duas outras sociedades. Todas as quarenta e duas sociedades referidas tinham o capital dividido em ações com voto e ações sem voto, sendo as primeiras detidas pela sociedade “*Paycheck Services Trustee Ltd.*”, cujos únicos acionistas e administradores são justamente os dois cônjuges mencionados. Tendo um credor demandado ambos os cônjuges, alegando que aqueles não atuaram no interesse das sociedades das quais considera serem administradores de facto, o *Supreme Court* negou tal qualidade a “Mr. Holland”, considerando que aquele atuara somente no âmbito das suas competências de administrador da sociedade-administradora de direito.

---

<sup>100</sup> RICARDO COSTA, *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, pág. 277.

<sup>101</sup> RICARDO COSTA, *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, nota 594, pág. 278.

<sup>102</sup> RICARDO COSTA, *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, pág. 284.

<sup>103</sup> In [www.supremecourt.gov.uk/decided-cases/docs/UKSC\\_2009\\_0131\\_Judgment.pdf](http://www.supremecourt.gov.uk/decided-cases/docs/UKSC_2009_0131_Judgment.pdf).

Os membros do *Supreme Court* acordaram na insuficiência da atuação de um indivíduo no cumprimento dos seus deveres como administrador de direito de uma sociedade para que se possa considerar que atua como administrador de facto de uma outra sociedade por aquela dominada.

A tendência mais comum na doutrina é atribuir a condição de administrador de facto à sociedade dominante. E a doutrina inglesa é a mais significativa nesta prerrogativa. JOHN H. FARRAR e BRENDA HANIGAN<sup>104</sup>, no seguimento da decisão do aresto inglês *Re Hydrodam (Corby) Ltd*, distinguem dois cenários distintos. Se era o órgão de administração da *parent company*, atuando colegialmente, que instruía os administradores da dominada, então poderemos qualificar a dominante como *shadow director*, mas não os seus administradores como *shadow directors* da dominada. Se os administradores da dominante instruíram “individual e pessoalmente” os da *subsidiary company*, poderão ser responsabilizados a título pessoal.<sup>105</sup>

A atuação do administrador da sociedade dominante será, em princípio, imputada à sociedade da qual é administrador<sup>106</sup>: “é a sociedade dominante que está a agir através dos seus administradores”<sup>107</sup>

Mas RICARDO COSTA<sup>108</sup> lembra que a intenção subjacente à procura do administrador de facto é a de o responsabilizar através da aplicação do regime jurídico próprio do administrador de direito, “que apresenta, acima de tudo, um *caráter pessoal*, próprio de um *status* feito de um juízo sobre condições particulares da própria pessoa e obrigações individuais”.

Atente-se que a lei admite que uma pessoa coletiva seja designada para determinados cargos sociais, mas com o ónus “de indicar uma pessoa singular para o

---

<sup>104</sup> JOHN H. FARRAR e BRENDA HANIGAN, *Farrar's Company Law*, pág. 338.

<sup>105</sup> Em sentido coincidente, ver os autores indicados por RICARDO COSTA, *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, nota 623, pág. 298.

<sup>106</sup> ELISA LUCAS MARTÍN, “Una reciente revisión del concepto de «administrador de hecho» en el derecho británico”, págs. 264 e 265.

<sup>107</sup> RICARDO COSTA, *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, pág. 297.

<sup>108</sup> RICARDO COSTA, *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, pág. 298.

efeito”<sup>109</sup>. Fazendo uso das palavras de RICARDO COSTA<sup>110</sup> “não temos designação formal” da sociedade dominante, mas “o princípio legal da designação das pessoas coletivas atuará por maioria de razão”. Assim, “são os administradores e gerentes” da sociedade dominante “(ou alguém por eles e de acordo com a sua vontade) que exercem *a título pessoal* o poder de decisão e de influência”, isto é, “são eles que *materializam* a atuação administrativa fáctica da sociedade de que são membros orgânicos no *raio funcional* das sociedades coligadas (de facto ou de direito) e a eles cabe imputar-se-lhes os direitos e os deveres típicos da posição de administrador”.

#### **4.2 Pressupostos de aquisição da qualidade juridicamente relevante de administrador de facto**

Um sujeito regularmente investido para exercer funções de administração na sociedade adquire a condição de administrador desde o momento da aceitação da sua nomeação, pouco importando que exerça ou não a administração, uma vez que, reunidos os necessários pressupostos, será responsável face à sociedade, aos sócios e a terceiros pelos danos resultantes da sua atuação<sup>111</sup>. Nomeadamente, e ao que aqui nos interessa, responderá para com os credores sociais nos termos previstos no artigo 78.º, n.º 1.

Perante a falta de nomeação regular do administrador de facto, temos que “recorrer a outros momentos, atos ou circunstâncias, a partir dos quais se possa determinar o seu «nascimento»”<sup>112</sup>. A individualização de “idóneos parâmetros seletivos” de carácter funcional perfila-se como o ponto fundamental da identificação do

---

<sup>109</sup> PAULO OLAVO CUNHA, “Designação de pessoas coletivas para os órgãos de sociedades anónimas”, pág. 346.

<sup>110</sup> RICARDO COSTA, *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, págs. 300 e ss.

<sup>111</sup> NURIA LATORRE CHINER, *El administrador de hecho en las sociedades de capital*, Mercatura – Colección Estudios de Derecho Mercantil, Editorial Comares, Granada, 2003, pág. 65.

<sup>112</sup> NURIA LATORRE CHINER, *últ. ob. cit.*, págs. 65 a 67. A autora sublinha a existência de uma identidade entre o “nascimento” do administrador de facto a identificação do “empresário individual”, para a qual o artigo 1, 1º do Código de Comercio espanhol exige uma atuação caracterizada pelas notas de “*habitualidade y profesionalidad*”. Exigência similar à do artigo 13.º, n.º 1, do nosso Código Comercial para o regime e estatuto próprio do comerciante. Cfr. RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 663.

administrador de facto<sup>113</sup>. Com efeito, é necessário que tais parâmetros sejam “observados na atuação do sujeito candidato a essa qualidade de administrador de facto”<sup>114</sup>.

Encontramo-nos perante uma construção doutrinal e jurisprudencial, ainda que as suas consequências tendam a assumir forma legal. É, assim, fundamental definir os requisitos que delimitam o conceito de administrador de facto, de forma a “evitar uma *comunicação incontrolada*” da disciplina própria da administração das sociedades comerciais ao administrador de facto<sup>115</sup>. Fazendo uso das palavras de MARIA ELISABETE RAMOS<sup>116</sup>, “o problema não é tanto o de saber se é lícito responsabilizar os administradores de facto, mas sim o dos contornos do próprio conceito”.

Se no comportamento do sujeito candidato ao estatuto de administrador de facto não pudermos identificar, “para além da inexistência de um título, os requisitos necessários para a génese da *situação fáctica juridicamente relevante*”, aquele será um mero *extraneus* em relação à sociedade<sup>117</sup> e não um administrador de facto.

O administrador de facto começa por ser tão-só um administrador “*irregular e ilegítimo sob o ponto de vista formal*”<sup>118</sup>. Conclui RICARDO COSTA que são esses requisitos os responsáveis pela legitimação em face do direito do sujeito ferido de *ilegitimidade originária ou superveniente*, que proporcionam a *inclusão do sujeito na categoria de administrador*<sup>119</sup>.

Pressuposto *negativo* e fundamental é a ausência de um título administrativo. Os demais requisitos são pressupostos *positivos*. O Court d’Appel de Paris, num aresto de 11 de junho de 1987, resumiu os elementos que caracterizam a administração de facto: “l’immixtion dans les fonctions déterminantes pour la direction générale de l’entreprise,

---

<sup>113</sup> NICCOLÒ ABRIANI, *Gli amministratori di fatto delle società di capitali*, Quaderni di Giurisprudenza Commerciale, Dott. A. Giuffrè Editore, Milano, 1998, pág. 222.

<sup>114</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 661.

<sup>115</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, págs. 662 e 663.

<sup>116</sup> MARIA ELISABETE RAMOS, *O seguro de responsabilidade civil dos administradores (Entre a exposição ao risco e a delimitação da cobertura)*, Almedina, Coimbra, 2010, pág. 152.

<sup>117</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 663.

<sup>118</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 663.

<sup>119</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 664.

impliquant une participation continue à cette direction et un contrôle effectif et constant de la marche de la société en cause”<sup>120</sup>.

De acordo com as circunstâncias que cada hipótese concreta apresenta há que, em primeiro lugar, “discernir os *factores elegíveis para a consideração da existência de uma administração de facto*” e, em segundo lugar, há que “atribuir a cada um deles o *peso relativo nessa consideração*”<sup>121</sup>.

#### 4.2.1 A assunção efetiva das funções próprias de gestão ou administração

Para que um sujeito possa assumir o estatuto de administrador de facto é imprescindível identificar na sua atuação a prática de atos próprios e típicos de administração<sup>122</sup>. O que aqui está em causa é saber se o sujeito “age *como* ou *na qualidade de um* administrador”<sup>123</sup>, pese embora não disponha de competência para tal<sup>124</sup>.

JUSTINO DUQUE DOMÍNGUEZ<sup>125</sup>, exige que a sociedade dominante tenha realmente exercido funções de gestão na dominada, negando relevância, para o efeito, ao mero poder de exercício quando aquela não atuou realmente. Entre nós, COUTINHO DE ABREU e MARIA ELISABETE RAMOS<sup>126</sup> referem o exercício de funções de gestão “próprias dos administradores *de jure*”. No mesmo sentido, RICARDO COSTA reafirma a exigência de uma “*intensidade qualitativa*”, que se traduz no exercício de

---

<sup>120</sup> NATHALIE DEDESSUS-LE-MOUSTIER, “La responsabilité du dirigeant de fait”, in *Revue des Sociétés*, 1997, 3, pág. 503.

<sup>121</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 732.

<sup>122</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 672.

<sup>123</sup> GÜNTER H. ROTH, “Die Haftung als faktischer Geschäftsführer im Konkurs der GmbH”, in *ZGR*, 1989, pág. 425, *apud* RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 672.

<sup>124</sup> Como afirma NURIA LATORRE CHINER, Nuria, *últ. ob. cit.*, pág. 64, “no se trata tanto de lo que se pueda hacer sino lo que realmente se ha hecho”.

<sup>125</sup> JUSTINO DUQUE DOMÍNGUEZ, “El tráfico de acciones realizado por los administradores de sociedades anónimas cotizadas pertenecientes a un grupo de sociedades”, in *Revista de Derecho de Sociedades*, 2003, 1, págs. 62 e 63.

<sup>126</sup> COUTINHO DE ABREU e MARIA ELISABETE RAMOS, *últ. ob. cit.*, pág. 42.



funções “*similares ou equiparáveis às dos administradores formalmente instituídos*”<sup>127</sup> e faz referência à necessidade de uma “*participação efetiva*” do administrador de facto<sup>129</sup>, exigindo “o exercício ou execução de um *poder tipicamente orgânico e efetivo por parte daquele que pessoalmente se ingere na administração*”<sup>130</sup>.

Essa intensidade qualitativa pressuporá o exercício de “atos típicos de *direção e realização da atividade empresarial* ou de “*alta direção*”<sup>131</sup>. Só haverá “administração de facto relevante se a conduta for *importante e signifique autoridade* no seio da sociedade”<sup>132</sup>, o que só se verificará com “*a subsistência na hipótese em concreto de elementos que demonstrem uma atividade de «alta direção»*”<sup>133</sup>. A administração de facto supõe, nas palavras de NICCOLÒ ABRIANI<sup>134</sup>, uma participação do sujeito nas “escolhas administrativas que revestiram um realce decisivo para a sorte da entidade”.

Ora, podemos identificar na doutrina italiana uma corrente crítica da qualificação da direção unitária exercida pela sociedade dominante como administração de facto. Questiona-se sobretudo a idoneidade da doutrina da administração de facto para sancionar o administrador da dominante pelo exercício de direção unitária, pela dificuldade na equiparação desta última à administração efetiva de uma sociedade.

PIETRO ABBADESSA<sup>135</sup> sublinha que a direção unitária do grupo implica uma função estratégica, e não a participação da controladora “em todas as decisões que a controlada é chamada a tomar”, que seria justamente “o comportamento típico do

---

<sup>127</sup> RICARDO COSTA, “Responsabilidade civil societária dos administradores de facto”, in *Temas societários*, Colóquios n.º 2, IDET, Almedina, Coimbra, 2006, nota 4, pág. 29, e *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, Almedina, Coimbra, 2014, págs. 734 e ss.

<sup>128</sup> Em sentido coincidente, RUI PEREIRA DIAS, *últ. ob. cit.*, pág. 131.

No âmbito das sociedades por quotas, referindo o exercício de “funções próprias de gerente da sociedade” pelo gerente de facto, MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, *A tutela dos credores da sociedade por quotas...*, *cit.*, pág. 467.

<sup>129</sup> RICARDO COSTA, *A sociedade por quotas unipessoal no direito português...cit.*, nota 951, pág. 718.

<sup>130</sup> RICARDO COSTA, *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, *cit.*, pág. 732.

<sup>131</sup> RICARDO COSTA, “Responsabilidade civil societária dos administradores de facto”, nota 4, pág. 29, e *Os administradores de facto...*, *cit.*, pág. 745.

<sup>132</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 748.

<sup>133</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 748.

<sup>134</sup> NICCOLÒ ABRIANI, *últ. ob. cit.*, pág. 229.

<sup>135</sup> PIETRO ABBADESSA, “I gruppi di società nel diritto italiano”, in *I gruppi di società. Ricerche per uno studio critico*, a cura di Antonio Pavone La Rosa, Società Editrice Il Mulino, Bologna, 1982, nota 86, pág. 182, *apud* PIER GIUSTO JAEGER, “«Direzione unitaria» di gruppo e responsabilità degli amministratori”, in *Rivista delle Società*, 1985, nota (19), pág. 824.

administrador de facto”. Em sentido coincidente, PIER GIUSTO JAEGER<sup>136</sup> refere que se trata de situações “qualitativamente” e, sobretudo, “quantitativamente”, “muito diferentes”. Para o autor, a administração de facto pressupõe um exercício, pelo sujeito, de “todas as funções próprias” do administrador de direito, situação dificilmente identificável num administrador da sociedade dominante. Ora, a “direção unitária” consiste “na imposição, ao órgão de administração da sociedade dominada, de decisões provenientes da sociedade dominante”, “na utilização da dominada como um instrumento da política do «grupo»”<sup>137</sup>, o que não se poderia identificar com a gestão das dominadas, a qual continua a ser exercida pelos administradores formalmente instituídos.

Também em Espanha, MONICA FUENTES NAHARRO<sup>138</sup> defende que uma equiparação entre direção unitária e administração de uma sociedade é um “apriorismo erróneo”, uma vez que “a direção unitária de um grupo de sociedades e a administração *stricto sensu* das sociedades subordinadas a tal direção são fenómenos conceptualmente distintos cuja identificação, desde um ponto de vista dogmático, não é de todo adequada”.

Ora, por um lado, é verdade que a administração formal da sociedade dominada, ainda que sob o exercício de direção unitária por parte da dominante, continua a pertencer aos administradores da dominada, e os administradores da sociedade dominante “são administradores *stricto sensu* da sua própria sociedade”<sup>139</sup>.

Mas, como salientou NICCOLÒ ABRIANI<sup>140</sup> a exigência do exercício de todas as funções de administração da sociedade afastaria, desde logo, a configurabilidade de uma administração de facto nas sociedades de média e grande dimensão. Poder-se-á considerar suficiente, para este escopo de qualificação, que o administrador se coloque num nível que se repercute sobre a gestão da sociedade globalmente considerada<sup>141</sup>.

---

<sup>136</sup> PIER GIUSTO JAEGER, *últ. ob. cit.*, nota (19), pág. 824.

<sup>137</sup> PIER GIUSTO JAEGER, *últ. ob. cit.*, nota (19), pág. 825.

<sup>138</sup> MONICA FUENTES NAHARRO, *Grupos de sociedades y protección de acreedores (Una perspectiva societaria)*, Thomson/Civitas, Madrid, 2007, pág. 273.

<sup>139</sup> MONICA FUENTES NAHARRO, *últ. ob. cit.*, pág. 276.

<sup>140</sup> NICCOLÒ ABRIANI, *últ. ob. cit.*, pág. 230 e nota (119).

<sup>141</sup> NICCOLÒ ABRIANI, *últ. ob. cit.*, pág. 231.

No mesmo sentido, RICARDO COSTA<sup>142</sup> demarca-se de tal exigência, defendendo que para a qualificação de um sujeito como administrador de facto não será necessário “o desenvolvimento de *todas* as funções próprias realizáveis pelo administrador de direito nos *três níveis de administração gestonária*”. Será, assim, suficiente, uma “gestão *estratégica e global*”<sup>143</sup> – “as *decisões estratégicas* ou fundamentais sobre os *objetivos empresariais a longo prazo*, as correspondentes *organização* dos meios produtivos, *dimensão e localização* da(s) empresa(s), as várias políticas empresariais – *produção* (tipos de produtos e mercados destinatários), *distribuição, pessoal, financiamento* –, o provimento dos *postos laborais de direção*, o *sistema informacional* inter-orgânico e intra-empresarial”<sup>144</sup>.

Para identificarmos a sociedade dominante ou os seus administradores como administradores de facto *indiretos* parece, assim, ser suficiente que “a *influência* própria de tal conduta” se projete “em atos de «alta direção» dos administradores de direito” da dependente<sup>145</sup>.

Particularmente importante é que as instruções extra-organicamente dirigidas aos administradores *de jure* da dominada não traduzam meros conselhos ou opiniões consultivas, e antes se convertam “em *ordens a cumprir*”, num contexto de “*imposição*”<sup>146</sup>.

Para que o exercício de uma influência indireta sobre os membros do órgão de administração da dominada possa configurar uma administração de facto, parece ser de exigir ainda a “*correspetividade dos destinatários das instruções ou diretivas emitidas*”<sup>147</sup>. Ou seja, ao comportamento dos administradores da dominante no exercício da sua influência sobre a administração da dominada deverá corresponder “um padrão habitual ou sistemático de comportamento obediente e/ou acatador por parte dos administradores de direito” da sociedade<sup>148</sup>.

---

<sup>142</sup> RICARDO COSTA, “Responsabilidade civil societária dos administradores de facto”, nota 4, pág. 29, e *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, pág. 752.

<sup>143</sup> RICARDO COSTA, *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, pág. 753.

<sup>144</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU, *Governança das sociedades comerciais*, pág. 40.

<sup>145</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 778.

<sup>146</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 779.

<sup>147</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 835.

<sup>148</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 835.

É um requisito habitualmente salientado pela doutrina para a identificação de um administrador de facto indireto. Os administradores ocultos ou *shadow directors*, não exercendo diretamente funções de gestão, “dirigem” os administradores de direito<sup>149</sup>, “impondo as suas instruções e condicionando as escolhas operativas dos administradores de direito<sup>150</sup>, que as costumam seguir<sup>151</sup>. Na jurisprudência, paradigmático é o célebre caso *Re Hydrodam (Corby) Ltd*, de 17 de dezembro de 1993, julgado pela Chancery Division, exige um “*pattern of behaviour*” no acatamento das instruções pelos administradores *de jure* da sociedade.

Questão fundamental neste âmbito é o grau de auto-determinação dos administradores de direito da dominada face às instruções ou diretivas do administrador de facto indireto. ANA PERESTRELO DE OLIVEIRA<sup>152</sup> argumenta que “sempre que os administradores de direito conservem a sua margem de liberdade de decisão, não obstante a obediência a determinadas diretrizes ou políticas gerais definidas por terceiro e a instruções ocasionais, não deve convocar-se a figura do administrador de facto”, exigindo “uma efetiva e intensa compressão da esfera de livre decisão dos administradores de direito”.

RICARDO COSTA<sup>153</sup>, no entanto, distingue duas subespécies de administrador de facto indireto, consoante a “*modalidade de «influência bastante» ou «suficiente» do administrador de facto e a «atuação derivada» do administrador de direito. O administrador de direito “influenciado”, em sentido estrito, que atua “com manutenção da sua vontade própria, mas sendo esta significativamente reduzida ou precipitada numa percentagem minoritária em face da influência determinante do administrador de facto”, distinguir-se-ia do administrador de direito verdadeiramente “condicionado” ou “subordinado”, um mero executor “acrítico e mecânico” das instruções do administrador de facto. No entendimento do autor, “a administração de facto indireta não é incompatível com a autonomia, ainda que em menor grau, da administração*

---

<sup>149</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU e ELISABETE RAMOS, “*Responsabilidade civil de administradores e de sócios controladores*”, pág. 42.

<sup>150</sup> RICARDO COSTA, “*Responsabilidade civil societária dos administradores de facto*”, pág. 30.

<sup>151</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, *A tutela dos credores da sociedade por quotas e a “desconsideração da personalidade jurídica”*, nota 152, pág. 466.

<sup>152</sup> ANA PERESTRELO DE OLIVEIRA, *Grupos de sociedades e deveres de lealdade*, pág. 560.

<sup>153</sup> RICARDO COSTA, *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, págs. 654 e 655.

influenciada e não requer sempre uma obediência total nem é incompatível com eventos de independência da administração influenciada”<sup>154 155</sup>.

#### 4.2.2 Atuação exercida com autonomia

É um pressuposto comumente exigido na doutrina e jurisprudência francesas. NATHALIE DEDESSUS-LE-MOUSTIER exige, nomeadamente, uma atuação positiva de gestão “exercida de forma independente”<sup>156</sup> pelo sujeito em causa.

Igualmente em Espanha podemos identificar a exigência de um “exercício autónomo”<sup>157</sup> ou um “*poder autónomo de decisão*”<sup>158</sup> exercido de forma independente e *sem subordinação*<sup>159</sup>.

Na doutrina portuguesa, faz-se referência igualmente ao exercício das funções de gestão “*de modo autónomo*” e não subordinadamente<sup>160</sup>, assim como à soberania no exercício das funções de alta direção<sup>161</sup>.

Assim, a administração de facto supõe o exercício das funções de gestão com a autonomia decisória que é própria dos administradores de direito<sup>162</sup>, direta ou indiretamente exercida<sup>163</sup>. O administrador de facto deve ser capaz de impor as suas decisões ou de influir de forma determinante na gestão da sociedade, do mesmo modo que o faria o administrador *de jure*<sup>164</sup>.

---

<sup>154</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, nota 1370, pág. 657.

<sup>155</sup> Contudo, como indica JOSÉ GARCÍA-CRUCES GONZÁLEZ, “*De la calificación del concurso*”, págs. 2583 e 2584, o grau de pré-determinação da vontade do administrador de direito apresenta grandes dificuldades probatórias.

<sup>156</sup> NATHALIE DEDESSUS-LE-MOUSTIER, *últ. ob. cit.*, pág. 503.

<sup>157</sup> PABLO GIRGADO PERANDONES, *La responsabilidad de la sociedad matriz y de los administradores en una empresa de grupo*, Marcial Pons, Madrid, 2002, pág. 183.

<sup>158</sup> NURIA LATORRE CHINER, *últ. ob. cit.*, pág. 71.

<sup>159</sup> FERNANDO MARTÍNEZ SANZ, *últ. ob. cit.*, pág. 62.

<sup>160</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU e MARIA ELISABETE RAMOS, *últ. ob. cit.*, pág. 43.

<sup>161</sup> RICARDO COSTA, “Responsabilidade civil societária...”, *cit.*, nota 5, pág. 31.

<sup>162</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU e ELISABETE RAMOS, *últ. ob. cit.*, pág. 42.

<sup>163</sup> RICARDO COSTA, *Os Administradores de Facto...*, *cit.*, pág. 782.

<sup>164</sup> NURIA LATORRE CHINER, *últ. ob. cit.*, págs. 71 e 72.

O administrador de facto terá que dispor de um poder “soberano, ilimitado e “pleno no que tange à decisão e à atuação” e atuar “com o mesmo poder que é atribuído ao administrador de direito”<sup>165</sup>.

Na doutrina alemã, surgem vozes no sentido de negar a administração de facto quando exista uma comunhão entre administradores de direito e de facto. Com particular relevância, URSULA STEIN<sup>166</sup>, exigindo uma eliminação ou exclusão em absoluto do administrador de direito.

Numa outra perspectiva, e segundo NICCOLÒ ABRIANI, não será necessário que os administradores de facto substituam totalmente os *de jure*, contanto que os de facto nunca apareçam subordinados em relação aos de direito<sup>167</sup>. NATHALIE DEDESSUS-LE-MOUSTIER<sup>168</sup> afirma que a presença de um ou mais administradores de direito não obsta ao exercício de um poder de direção autónomo por um outro indivíduo.

Os administradores da sociedade dominante devem poder “influir de forma determinante na gestão, simplesmente, do mesmo modo que o faria o administrador de direito”<sup>169</sup>. Em sentido coincidente, RICARDO COSTA reitera que o que realmente importa “é que a atuação do administrador de facto, uma vez realizada em *regime de partilha*, deverá estar sempre ou em plano de *supra-ordenação* ou em plano de *paridade e/ou comunhão* e nunca em *patamar de subordinação* na ligação com os administradores oficiais<sup>170</sup>. O sujeito a qualificar como administrador de facto deverá dispor, ao menos, de “um *quid* inexorável de autonomia decisória”<sup>171</sup>.

#### 4.2.3 Atuação sistemática e continuada

---

<sup>165</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 782.

<sup>166</sup> URSULA STEIN, *Das faktische Organ*, Carl Heymanns Verlag KG, Köln-Berlin-Bonn-München, 1984, págs. 149 e ss, *apud* RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, nota 1716, págs. 785 a 787.

<sup>167</sup> NICCOLÒ ABRIANI, *últ. ob. cit.*, pág. 233.

<sup>168</sup> NATHALIE DEDESSUS-LE-MOUSTIER, *últ. ob. cit.*, pág. 504.

<sup>169</sup> NURIA LATORRE CHINER, *últ. ob. cit.*, pág. 72.

<sup>170</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 785.

<sup>171</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 787.

O aresto do Cour d' Appel de Paris, de 11 de junho de 1987 afirmou a necessidade de uma “participação contínua” e um “controlo constante”<sup>172</sup> da gestão para que possamos identificar um administrador de facto. No mesmo sentido, é comum a doutrina exigir uma certa “regularidade”<sup>173</sup>, não reputando suficiente “uma participação episódica na gestão da sociedade”<sup>174</sup>. No entanto, não se trata de um entendimento pacífico.

MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO<sup>175</sup>, referindo-se à hipótese em que a sociedade dominante é sócia da dominada, afirma ser suficiente que “em concreto, a atuação daquele sócio controlador gerasse seguramente a obrigação de indemnizar, se ele tivesse atuado na qualidade de gerente de direito”. Em sentido coincidente, RICARDO COSTA<sup>176</sup> não negligencia uma atuação ocasional ou temporária, ou mesmo comportamentos descontínuos “mas frequentes e uniformes no tipo de decisões e matérias avocadas e tratadas na condução dos negócios sociais”, que identifica perfeitamente na influência vinculante exercida sobre a administração formalmente instituída da sociedade dependente em relação de domínio.

#### 4.2.4 Aceitação do comportamento pela sociedade

NICCOLÒ ABRIANI<sup>177</sup> refere-se à aquiescência dos administradores de direito e ao seu consenso como um “pressuposto implícito” da figura do administrador de facto.

NURIA LATORRE CHINER defende que a atitude da sociedade constitui um elemento fundamental na configuração do fenómeno do administrador de facto, nomeadamente para o distinguir do simples “*extraneus*” que se limita a usurpar as funções de administração sem o conhecimento da sociedade<sup>178</sup>. Exige-se, assim, um

---

<sup>172</sup> NATHALIE DEDESSUS-LE-MOUSTIER, *últ. ob. cit.*, pág. 503.

<sup>173</sup> JUSTINO DUQUE DOMÍNGUEZ, *El tráfico de acciones realizado por los administradores de sociedades anónimas cotizadas pertenecientes a un grupo de sociedades*, in *Revista Derecho de Sociedades*, 2003, pág. 63.

<sup>174</sup> NICCOLÒ ABRIANI, *últ. ob. cit.*, pág. 225.

<sup>175</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, *últ. ob. cit.*, págs. 473 a 475.

<sup>176</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 833.

<sup>177</sup> NICCOLÒ ABRIANI, *últ. ob. cit.*, nota 124, pág. 232.

<sup>178</sup> LATORRE CHINER, Nuria, *últ. ob. cit.*, págs. 75 e 76.

consentimento “*implícito ou tácito*”<sup>179</sup> da sociedade à atuação do sujeito para que haja administração fáctica, sobretudo porque se considera que a tolerância manifestada por parte da sociedade será o único nexo que permite imputar os atos do administrador de facto à própria sociedade<sup>180</sup>.

Entre nós, também COUTINHO DE ABREU e MARIA ELISABETE RAMOS sublinham a importância do conhecimento e tolerância dos sócios e/ou dos administradores de direito ao comportamento dos administradores de facto *aparentes* como fator de exclusão dos “meros usurpadores das funções de administrador”<sup>181</sup>.

De facto, e na perspectiva de RICARDO COSTA<sup>182</sup>, será difícil que um sujeito, “conhecido ou estranho à sociedade”, não investido regularmente de poderes consiga realizar uma ingerência direta ou influir indiretamente na gestão se houver uma atitude de resistência por parte dos sócios e administradores da sociedade. Tal não impede que possa existir a oposição singular de um ou mais sócios<sup>183</sup>. Mas a administração de facto pressuporá, pelo menos, a aquiescência, tanto da maioria dos sócios como dos administradores, muitas vezes através de um “*silêncio eloquente*”<sup>184</sup>. Particularmente, dos sócios que representam a maioria do capital<sup>185</sup> ou o voto maioritário<sup>186</sup>. E, sobretudo, quando o administrador de facto for justamente um dos sócios, que, “através da sua posição hegemónica no capital social, e por força do exercício da sua influência sobre os administradores regularmente instituídos, possa orientar a gestão empresarial”<sup>187</sup>. Como acontecerá com a sociedade dominante e os seus administradores.

---

<sup>179</sup> FERNANDO MARTÍNEZ SANZ, *últ. ob. cit.*, pág. 62.

<sup>180</sup> ANTONIO PERDICES HUETOS, *últ. ob. cit.*, pág. 281.

<sup>181</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU e MARIA ELISABETE RAMOS, *últ. ob. cit.*, pág. 42.

<sup>182</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 838.

<sup>183</sup> ANTONIO PERDICES HUETOS, *últ. ob. cit.*, pág. 282. Na opinião do autor, enquanto a oposição singular de um sócio “não se traduza numa deliberação da assembleia”, não será suficiente para “romper o nexo de imputação” dos atos praticados à sociedade.

<sup>184</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 839.

<sup>185</sup> LUIS HERNANDO CEBRIÁ, “Sociedad dominante administradora de hecho? Más allá del velo corporativo?”, pág. 145.

<sup>186</sup> NURIA LATORRE CHINER, *últ. ob. cit.*, pág. 76.

<sup>187</sup> LUIS HERNANDO CEBRIÁ, *últ. ob. cit.*, pág. 145.



## 5. CONCLUSÃO

Cremos que a mera existência de um grupo de facto qualificado não pode direta e automaticamente preencher a figura da administração de facto no sentido de assunção da gestão efetiva da sociedade<sup>188</sup>.

Não obstante, há ocasiões em que o exercício da direção unitária se mostra de tal modo intrusivo, podendo o órgão que exerce a direção unitária substituir a vontade efetiva dos administradores da sociedade dominada, que passam a constituir meros testas-de-ferro ou “*homens de palha*”, caso em que pode ser atribuída à sociedade dominante a condição de administradora de facto da sociedade dominada<sup>189</sup>.

Para tal, será necessário demonstrar que não há já uma mera ingerência legítima na gestão da dominada ou uma mera relação de controlo da dominante sobre a dominada, mas que os gerentes ou administradores da sociedade dominante transformaram a sua influência “num instrumento continuado de intervenção na administração da sociedade dependente”<sup>190</sup>, determinando a “atividade dessa sociedade com subordinação permanente dos seus interesses aos interesses da sociedade dominada e/ou de outras sociedades controladas do agrupamento e sem atendimento relevante do interesse da dependente”<sup>191</sup>. Isto é, “com completa perda de autonomia da administração da sociedade dependente”<sup>192</sup>.

É justamente neste contexto de exercício de direção unitária por parte da sociedade dominante e abdicação da autonomia e discricionariedade dos gerentes ou administradores da sociedade dominada que a doutrina do administrador de facto parece constituir um imprescindível instrumento de tutela dos credores da sociedade dominada.

Concluindo, se verificado, na situação em concreto, o “*concurso dos requisitos de legitimação do administrador de facto*”, há uma relação de administração<sup>193</sup>. Assim,

---

<sup>188</sup> ALBERTO ALONSO UREBA e JUANA PULGAR EZQUERRA, “Relación de grupo y administrador de hecho en el concurso de sociedades integradas en un grupo”, in *Revista de Derecho de Sociedades*, 2007, 2, pág. 29.

<sup>189</sup> ALBERTO ALONSO UREBA e JUANA PULGAR EZQUERRA, *últ. ob. cit.*, pág. 30.

<sup>190</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 277.

<sup>191</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 277.

<sup>192</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 277.

<sup>193</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 871.

a sociedade dominante responderá perante os credores nos termos previstos para os administradores de direito, sem prejuízo da responsabilidade destes últimos<sup>194</sup>.

O artigo 78.º, n.º 1 refere-se aos “gerentes ou administradores”, sem incluir nenhuma fórmula que possa abranger outros sujeitos que intervenham na gestão ou administração da sociedade.

A extensão da responsabilidade dos administradores de direito ao administrador de facto constitui justamente a finalidade desta construção doutrinal, que “surge principalmente para estender a quem for qualificado como tal a responsabilidade que a lei estabelece para os administradores de direito”<sup>195</sup>.

Assim, e seguindo uma perspetiva *funcional*, os administradores de facto porque, como os administradores de direito *administram*, hão de estar sujeitos ao cumprimento das regras da correta administração da sociedade, sob pena de responderem nos mesmos termos em que respondem os administradores de direito<sup>196</sup>.

A discussão gira em torno do fundamento de tal responsabilidade.

O artigo 80.º do CSC estatui que “as disposições respeitantes à responsabilidade dos gerentes ou administradores aplicam-se a outras pessoas a quem sejam confiadas funções de administração”. O legislador terá entendido que a tutela dos credores sociais exigia uma “*delimitação funcional*” e não meramente formal do círculo de sujeitos obrigados<sup>197</sup>.

COUTINHO DE ABREU e ELISABETE RAMOS<sup>198</sup> questionam, por um lado, a suficiência e, por outro, a utilidade do artigo 80.º para responsabilizar o administrador de facto, pela dificuldade em afirmar que aos administradores aparentes mas sem qualquer título ou os administradores na sombra foram “confiadas” funções de administração. Os autores entendem ser mais útil, para fundamenar a aplicação do

---

<sup>194</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, “Responsabilidades nas relações de domínio”, pág. 448.

<sup>195</sup> JOSÉ LUIS DÍAZ ECHEGARAY, *El administrador de hecho de las sociedades de capital*, pág. 147.

<sup>196</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU e MARIA ELISABETE RAMOS, “Responsabilidade civil de administradores e de sócios controladores”, pág. 43.

<sup>197</sup> MARIA ELISABETE RAMOS, *últ. ob. cit.*, pág. 185.

<sup>198</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU e MARIA ELISABETE RAMOS, “Responsabilidade civil de administradores e de sócios controladores”, págs. 44 e 45.

regime de responsabilidade consagrado nos artigos 72.º a 79.º do CSC aos administradores de facto, o artigo 82.º, n.º 2, do CIRE.

MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO<sup>199</sup> reconhecendo embora que a letra da lei parece afastar “a hipótese de tais funções serem espontaneamente assumidas ou «tomadas» por essas outras pessoas”, defende a possibilidade uma interpretação extensiva do artigo 80.º de modo a incluir na sua letra estes últimos casos. Como aponta a autora, “nas sociedades por quotas, a própria lei “confia” aos sócios o poder de condicionarem e orientarem a atividade de gestão da sociedade, como resulta do disposto no artigo 259.º do Código das Sociedades Comerciais, quando se estabelece que os gerentes devem exercer a função de gestão da sociedade «com respeito pelas deliberações dos sócios». Assim, “sempre que ao abrigo do disposto neste artigo 259.º, um sócio consegue sistematicamente (através do seu poder na determinação do sentido de voto das deliberações tomadas em assembleia geral) condicionar e orientar a gestão da sociedade, por afirmar-se que ele está, na prática, a exercer funções de administração que, de algum modo, lhe foram «confiadas» pela lei ou pelo contrato de sociedade”, pelo que o recurso ao artigo 80.º permitira responsabilizar este sócio<sup>200</sup>.

RICARDO COSTA<sup>201</sup> afasta a necessidade do artigo 80.º na responsabilização dos administradores de facto, reputando suficiente para que os artigos 72.º e seguintes lhes sejam aplicáveis que haja uma atuação funcionalmente administrativa “caracterizada pela acumulação dos pressupostos de relevância jussocietária”.

Outro problema prende-se com a extensão de tal responsabilidade. Foi realçado por NICCOLÒ ABRIANI<sup>202</sup> o carácter inadequado que suscita um emprego integral de toda a normatividade dos administradores, sendo necessário distinguir, por um lado, as normas substanciais da condição de administrador e, por outro lado, aquelas outras normas de carácter mais formal, próprias ao seu uso pelo administrador legalmente designado. A extensão do regime aos administradores de facto limita-se ao primeiro grupo de normas mencionado, as chamadas normas *substanciais*.

---

<sup>199</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, *A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a “Desconsideração da Personalidade Jurídica”*, págs. 468 e ss.

<sup>200</sup> MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, *últ. ob. cit.*, pág. 473.

<sup>201</sup> RICARDO COSTA, *últ. ob. cit.*, pág. 982.

<sup>202</sup> NICCOLÒ ABRIANI, *últ. ob. cit.*, pág. 268.

Depois, a qualificação de uma sociedade ou dos seus administradores como administradores de facto não supõe, sem mais, que se lhe impute a responsabilidade perante os credores sociais. A imputação de responsabilidade ao administrador de facto pressupõe a reunião dos mesmos pressupostos exigidos para o administrador de direito<sup>203</sup>.

Só a inobservância de “disposições legais ou contratuais” destinadas a proteger os credores sociais é apta a fazer funcionar a estatuição do artigo 78.º, n.º 1<sup>204</sup>. A ilicitude compreende assim a violação, não de todo e qualquer dever que impenda sobre os administradores, mas tão-só dos deveres impostos por disposições legais ou contratuais<sup>205</sup> de proteção dos credores sociais<sup>206</sup>.

Normas destinadas a proteger os credores sociais são, nomeadamente, as normas que concretizam a *função de garantia do capital social*<sup>207</sup> e as normas que proíbem a subscrição de ações próprias<sup>208</sup>. Outra norma tuteladora dos interesses dos credores sociais é o artigo 6.º, ao delimitar a capacidade jurídica das sociedades<sup>209</sup>, porquanto proibindo determinados atos que provoquem a diminuição do património social, tutela os interesses dos credores sociais<sup>210</sup>.

Sofre um *dano patrimonial puro* o credor social cujo crédito não é satisfeito, em razão da insuficiência do património social<sup>211</sup>. Cumprindo-se os pressupostos do artigo 78.º, n.º 1, os credores da sociedade poderão obter dos administradores o ressarcimento por danos patrimoniais puros sofridos<sup>212</sup>.

---

<sup>203</sup> **PABLO GIRGADO PERANDONES**, *La responsabilidad de la sociedad matriz y de los administradores en una empresa de grupo*, pág. 190.

<sup>204</sup> **MARIA ELISABETE RAMOS**, *últ. ob. cit.*, pág. 201.

<sup>205</sup> Disposições contratuais parecem ser disposições estatutárias, segundo a doutrina maioritária. Nesse sentido, **J. M. COUTINHO DE ABREU**, “Responsabilidade civil dos administradores de sociedades”, pág. 72, **MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO**, *A tutela dos credores da sociedade por quotas e a “desconsideração da personalidade jurídica”*, nota 139, pág. 459.

Norma estatutária tuteladora dos credores sociais poderá ser a permitida pelo artigo 317.º, n.º 1.

<sup>206</sup> **J. M. COUTINHO DE ABREU**, “Responsabilidade civil dos administradores de sociedades”, pág. 72.

<sup>207</sup> **MARIA ELISABETE RAMOS**, *O seguro de responsabilidade civil dos administradores*, pág. 127.

<sup>208</sup> **J. M. COUTINHO DE ABREU**, “Responsabilidade civil dos administradores de sociedades”, pág. 73.

<sup>209</sup> **J. M. COUTINHO DE ABREU**, *Responsabilidade civil dos administradores de sociedades*, pág. 73.

<sup>210</sup> **MARIA ELISABETE RAMOS**, *O seguro de responsabilidade civil dos administradores*, pág. 128.

<sup>211</sup> **MARIA ELISABETE RAMOS**, *O seguro de responsabilidade civil dos administradores*, pág. 130.

<sup>212</sup> **MARIA ELISABETE RAMOS**, *O seguro de responsabilidade civil dos administradores*, pág. 130.

A inobservância de normas de proteção dos credores conduz à responsabilização dos administradores para com aqueles contanto que tal inobservância cause uma diminuição do património social que o torne insuficiente para a satisfação dos respetivos créditos<sup>213</sup>. Tem de haver, portanto, um nexo de causalidade entre o *facto* – a inobservância de norma de proteção dos credores – e o *dano*. E não é qualquer dano que conduz à responsabilidade dos administradores para com os credores sociais, mas apenas uma diminuição do património social em montante tal que ele se torna incapaz de satisfazer os direitos dos credores<sup>214</sup>. Uma tal insuficiência patrimonial acontece quando o passivo da sociedade for superior ao ativo, o que não coincidirá necessariamente com uma situação de insolvência<sup>215</sup>.

Um outro pressuposto da responsabilidade civil dos administradores para com os credores sociais, exigido pelo n.º 1 do artigo 78.º, é a *culpa*. Sobre os credores recai o ónus de provar a culpa dos administradores, que não é presumida, ao invés do que sucede na responsabilidade para com a sociedade. O artigo 78.º remete no n.º 5 para vários n.ºs do artigo 72.º, mas não para o n.º 1, que prevê, justamente, uma presunção de culpa.

Mas o credor terá ainda que provar a própria existência da própria administração de facto<sup>216</sup>, o que resultará particularmente difícil pelo facto de o credor “se encontrar fora da organização e assim desconhecer *de facto* a prática do grupo”, além de “muitas vezes não existir suporte formal das instruções” ou “mesmo quando exista, o seu acesso ser tornado mais difícil por o credor estar fora da organização”<sup>217</sup>.

Por último, note-se que os administradores *de jure* da dominada, como quaisquer outros, deverão cumprir os deveres de cuidado e de lealdade impostos pelo legislador, no artigo 64.º do CSC. Sob pena de incorrerem em responsabilidade civil perante a sociedade, os credores sociais, os sócios e os terceiros em geral. Os administradores da sociedade dominada que, por influência da sociedade dominante, atuem com violação

---

<sup>213</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU, *Responsabilidade civil dos administradores de sociedades*, pág. 74.

<sup>214</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU, *Responsabilidade civil dos administradores de sociedades*, págs. 74 e 75.

<sup>215</sup> J. M. COUTINHO DE ABREU, *Responsabilidade civil dos administradores de sociedades*, pág. 75.

<sup>216</sup> NURIA LATORRE CHINER, *últ. ob. cit.*, pág. 185.

<sup>217</sup> ORLANDO VOGLER GUINÉ, *últ. ob. cit.*, pág. 320.

dos deveres de cuidado e de lealdade a que estão vinculados respondem perante a sociedade dominada nos termos dos artigos 72.º e seguintes do CSC<sup>218</sup>.

## **BIBLIOGRAFIA**

**ABREU, J. M. Coutinho de**, *Da empresarialidade (As empresas no direito)*, Almedina, Coimbra, 1996.

– “Deveres de cuidado e de lealdade dos administradores e interesse social”, in *Reformas do Código das Sociedades*, IDET, Almedina, Coimbra, 2007, pág. 17.

---

<sup>218</sup> **J. M. COUTINHO DE ABREU**, *últ. ob. cit.*, pág. 241. **MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO**, “Responsabilidades nas relações de domínio”, pág. 444.

– “Diálogos com a jurisprudência. I – Deliberações dos sócios abusivas e contrárias aos bons costumes”, in *DSR*, 2009, vol. I, pág. 33.

– *Responsabilidade civil dos administradores de sociedades*, 2.<sup>a</sup> ed., Cadernos n.º 5, IDET, Almedina, Coimbra, 2010.

– *Governança das sociedades comerciais*, 2.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2010.

– “Diálogos com a jurisprudência, II – Responsabilidade dos administradores para com credores sociais e desconsideração da personalidade jurídica”, in *DSR*, 2010, vol. 3, pág. 49.

– “Responsabilidade civil nas sociedades em relação de domínio”, in *Scientia Iuridica* n.º 329, 2012, pág. 223.

**ABREU, J. M. Coutinho de/RAMOS, Elisabete**, *Responsabilidade civil de administradores e de sócios controladores (Notas sobre o art. 379.º do Código do Trabalho)*, Miscelâneas n.º 3, IDET, Almedina, Coimbra, 2004, pág. 7.

**ABRIANI, Niccolò**, *Gli amministratori di fatto delle società di capitali*, Quaderni di Giurisprudenza Commerciale, Dott. A, Giuffrè Editore, Milano, 1998.

– “Dalle nebbie della finzione al nitore della realtà: una svolta nella giurisprudenza civile in tema di amministratore di fatto”, in *Giurisprudenza commerciale*, 2000, II, pág. 174.

**ALONSO UREBA, Alberto/PULGAR EZQUERRA, Juana**, “Relación de grupo y administrador de hecho en el concurso de sociedades integradas en un grupo”, in *RdS*, 2007, 2, pág. 19.

**ANTUNES, José A. Engrácia**, *Liability of corporate groups – Autonomy and control in parent-subsidiary relationships in US, German and EU law. An international and comparative perspective*, Kluwer Law and Taxation Publishers, Deventer-Boston, 1994.

– *Os grupos de sociedades. Estrutura e organização jurídica da empresa plurissocietária*, 2.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2002.

**COSTA, Ricardo**, *A sociedade por quotas unipessoal no direito português. Contributo para o estudo do seu regime jurídico*, Almedina, Coimbra, 2002.

– “Responsabilidade civil societária dos administradores de facto”, in *Temas societários*, Colóquios n.º 2, IDET, Almedina, Coimbra, 2006, pág. 23.

– *Os administradores de facto das sociedades comerciais*, Almedina, Coimbra, 2014.

**CUNHA, Paulo de Pitta e**, “As pessoas coletivas como administradores de sociedades”, in *ROA*, 1985, pág. 5.

– “Pessoas coletivas designadas administradores de sociedades anónimas”, in *O Direito*, 1993, I-II, pág. 221.

**CUNHA, Paulo Olavo**, “Designação de pessoas coletivas para os órgãos de sociedades anónimas e por quotas”, in *DSR*, 2009, vol. I, pág. 165.

– *Direito das sociedades comerciais*, 5.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2012.

**DEDESSUS-LE-MOUSTIER, Nathalie**, “La responsabilité du dirigeant de fait”, in *Revue des Sociétés*, 1997, 3, pág. 499.

**DIAS, Rui Pereira**, *Responsabilidade por exercício de influência sobre a administração de sociedades anónimas. Uma análise de direito material e de conflitos*, Almedina, Coimbra, 2007.



– “Artigo 83.º”, in *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, coord.: J. M. Coutinho de Abreu, Volume I (Artigos 1º a 84º), Códigos n.º 1, IDET, Almedina, Coimbra, 2010, pág. 952.

– “Artigo 486.º”, in *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, coord.: J. M. Coutinho de Abreu, Volume VII (Artigos 481º a 545º), Códigos n.º 7, IDET, Almedina, Coimbra, 2014, pág. 75

**DÍAZ ECHEGARAY, José Luiz**, *El administrador de hecho de las sociedades*, Aranzadi Editorial, Pamplona, 2002

**DUARTE, Diogo Pereira**, *Aspectos do levantamento da personalidade coletiva nas sociedades em relação de domínio. Contributo para a determinação do regime da empresa plurissocietária*, Almedina, Coimbra, 2007

**DUQUE DOMÍNGUEZ, Justino F.**, “El concepto de grupo de sociedades y su desarrollo en el derecho español”, in *Derecho de sociedades. Libro homenaje al Profesor Fernando Sánchez Calero*, Volumen V, McGraw Hill, Madrid, 2002, pág. 5303.

– “El tráfico de acciones realizado por los administradores de sociedades anónimas cotizadas pertenecientes a un grupo de sociedades”, in *RdS*, 2003, 1, pág. 51.

**FARRAR, John H./HANNIGAN, Brenda**, *Farrar’s Company Law*, 4<sup>th</sup> ed., with contributions by Nigel E. Furey and Philipp Wylie, Butterworths, London-Edinburgh-Dublin, 1998.

**FRANÇA, Maria Augusta**, *A estrutura das sociedades anónimas em relação de grupo*, AAFDL, Lisboa, 1990.

**FUENTES NAHARRO, Mónica**, *Grupos de sociedades y protección de acreedores (Una perspectiva societaria)*, Thomson/Civitas, Madrid, 2007.

**GIRGADO PERANDONES**, *La responsabilidad de la sociedad matriz y de los administradores en una empresa de grupo*, Marcial Pons, Madrid, 2002.

**GUERRERA, Fabrizio**, “Gestione «di fatto» e funzione amministrativa nelle società di capitali”, in *Rivista del diritto commerciale e del diritto generale delle obbligazioni*, 1999, pág. 131.

**GUINÉ, Orlando Vogler**, “A responsabilização solidária nas relações de domínio qualificado – Uma primeira noção sobre o seu critério e limites”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, 2006, pág. 295.

**HERNANDO CEBRIÁ, Luis**, “Sociedad dominante administradora de hecho? Más allá del velo corporativo”, in *Revista de Derecho Mercantil*, 2011, pág. 133.

**JAEGER, Pier Giusto**, “ «Direzione unitaria» di gruppo e responsabilità degli amministratori”, in *Rivista delle Società*, 1985, pág. 817.

**KOPPENSTEINER, Hans-Georg**, *Os grupos no direito societário alemão*, Miscelâneas n.º 4, IDET, Almedina, Coimbra, 2006, pág. 9.

**LATORRE CHINER, Nuria**, *El administrador de hecho en las sociedades de capital*, Mercatura – Colección Estudios de Derecho Mercantil, Editorial Comares, Granada, 2003.

**LUCAS MARTÍN, Elisa Pilar**, “Una reciente revisión del concepto de «administrador de hecho» en el derecho británico”, in *Revista de Derecho Bancario y Bursátil*, 2011, pág. 260.

**MAIA, Pedro**, *Função e funcionamento do conselho de administração da sociedade anónima*, Studia Iuridica 62, Coimbra Editora, Coimbra, 2002.

**MARTÍNEZ SANZ, Fernando**, “Ámbito subjetivo de la responsabilidad”, *La responsabilidad de los administradores*, Dirección: Ángel Rojo/Emilio Beltrán, Tirant Lo Blanch, Valencia, 2005, pág. 55.

**MARTINS, Alexandre de Soveral**, *Os poderes de representação dos administradores de sociedades anónimas*, Studia Iuridica 34, Coimbra Editora, Coimbra, 1998.

**MONTEIRO, António Pinto/MAIA, Pedro**, “Sociedades anónimas unipessoais e a Reforma de 2006”, in *Revista de Legislação e Jurisprudência* n.º 3960, 2010 (Ano 139º), pág. 138.

**OLIVEIRA, Ana Perestrelo de**, *Grupos de sociedades e deveres de lealdade. Por um critério unitário de solução do “conflito de grupo”*, Almedina, Coimbra, 2012.

**PERDICES HUETOS, Antonio**, “Significado actual de los «administradores de hecho»: los que administran de hecho y los que de hecho administran. A propósito de la STS de 24 septiembre 2001”, in *Revista de Derecho de Sociedades*, 2002, 1, pág. 277.

**RAMOS, Maria Elisabete**, *Responsabilidade civil dos administradores e diretores de sociedades anónimas perante os credores sociais*, Studia Iuridica 67, Coimbra Editora, Coimbra, 2002

– *O seguro de responsabilidade civil dos administradores (Entre a exposição ao risco e a delimitação da cobertura)*, Almedina, Coimbra, 2010.

**RIBEIRO, Maria de Fátima**, *A tutela dos credores da sociedade por quotas e a “desconsideração da personalidade jurídica”*, Almedina, Coimbra, 2012.

– “Responsabilidades nas relações de domínio”, in *III Congresso Direito das Sociedades em Revista*, Almedina, Coimbra, 2014, pág. 425.

**SÁNCHEZ ALVAREZ, Manuel María**, “Grupos de sociedades y responsabilidad de los administradores”, in *Revista de Derecho Mercantil*, 1998, pág. 117.

**SILVA, João Calvão da**, *Banca, Bolsa e Seguros. Direito europeu e português*, Tomo I – Parte Geral, 3.ª ed., revista e aumentada, Almedina, Coimbra, 2011.

**VAZ, Teresa Anselmo**, “A responsabilidade do accionista controlador”, in *O Direito*, 1996, III-IV, pág. 329.

